

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1. Apresentação

Por meio deste Relatório de Administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao primeiro semestre de 2016.

2. Ambiente macroeconómico

O cenário econômico brasileiro no primeiro semestre do ano não favoreceu o investimento produtivo, que seria financiado, em grande parte, pelo setor financeiro voltado ao desenvolvimento das economias estaduais. Dados publicados pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, mostraram que a produção física na indústria caiu 9,8% no acumulado nos últimos 12 meses, enquanto o faturamento encolheu 11,3% e o desemprego aumentou 8,4%. A taxa de desemprego nacional atingiu 11,3% em junho. As vendas no varejo também registraram desempenho negativo, recuando 2,2% no segundo trimestre, segundo dados do IBGE. A inflação, medida pelo IPCA, registrou no mês de junho 8,84% no acumulado dos últimos 12 meses.

No estado de Santa Catarina, apesar dos esforços do Governo Estadual em manter os níveis de investimento em Santa Catarina, o cenário acompanhou, de maneira mais tênue, a movimentação nacional. A produção industrial catarinense registrou de janeiro a maio de 2016 uma queda de 7,3%, enquanto as vendas da indústria recuperam 12,7% no mesmo período. Apesar do cenário adverso, na indústria de transformação houve variação positiva de 1,31% na quantidade de postos de trabalho, assim como saldo positivo de 0,05% no to-

tal de empregos gerados em SC, segundo relatório da FIESC, para o período de janeiro até maio de 2016.

2.1. Desempenho Operacional

O total de caixa e equivalentes auferido no primeiro semestre de 2016 apresentou um incremento de 10,17% frente ao mesmo período do ano anterior, atingindo um patamar de R\$ 355.212 milhões, frente a R\$ 322.431 milhões. A carteira de crédito operacional neste primeiro semestre totalizou R\$ 685.316 milhões, 2,33% maior que o mesmo período de 2015. Ao setor público foram destinados R\$ 144.033 milhões do total da carteira, enquanto o setor privado participa com R\$ 541.283 milhões, número 14,31% maior que em junho de 2015. As operações de crédito contratadas no primeiro semestre deste ano totalizaram R\$ 126.130 milhões, apresentando incremento de 35,20% frente ao primeiro semestre de 2015. As contratações destinadas aos municípios totalizaram R\$ 80.800 milhões, representando 64,05% das contratações no período. O setor privado contribuiu com 28,01% das contratações no período, enquanto o microcrédito participou com 7,94% do total. Vale ressaltar a atuação do programa Microcrédito de Santa Catarina, onde as contratações aumentaram 66,67%, e o Badesc oferece crédito ao microempreendedor através das Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado, e do programa Inovacred, destinado aos empreendimentos inovadores, cujas contratações registraram crescimento de 4,58%.

2.2. Desempenho econômico-financeiro

No primeiro semestre de 2016 as receitas da intermediação financeira tiveram

um incremento 18,41% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 65.595 milhões para R\$ 77.674 milhões. O resultado operacional para o período foi superior a R\$ 12.419 milhões, com aumento de 42,88% em relação ao primeiro semestre de 2015, enquanto o lucro líquido foi igual a R\$ 2.798 milhões.

Considerando os resultados acumulados, o Patrimônio Líquido encerrou junho de 2016 em R\$ 540.792 milhões, significando um incremento superior a R\$ 5.878 milhões, frente ao primeiro semestre de 2015. Os ativos totais cresceram 6,15%, somando R\$ 1.015 bilhão.

O índice de liquidez corrente de 5,38 apresenta posição confortável para honrar dívidas no curto prazo, gerados por um ativo circulante de R\$ 533.248 milhões frente um passivo circulante de R\$ 99.144 milhões. A composição do endividamento em junho de 2016 é de 20,9% em contas de curto prazo. Observa-se que o passivo da Agência, em sua maioria, constitui-se de repasses ao BNDES e FINAME.

3. Promoção social e cultural

A Fundação Cultural BADESC foi criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, e inaugurada em 28 de março de 2006, tendo como objetivo fomentar a cultura através de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, programas de ações educativas com educadores direcionados às escolas públicas e privadas. Promove também o apoio cultural com investimentos financeiros através da lei Rouanet.

A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	533.248	545.469	CIRCULANTE	99.144	103.357
Disponibilidades (nota 3l).....	16	46	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	355.196	322.385	Oficiais (nota 9).....	77.850	75.568
Carteira Própria	355.196	322.385	BNDES.....	54.336	57.015
Operações de Crédito (nota 5).....	169.021	217.490	FINAME	19.679	16.863
Setor Público	76.737	119.605	Outras Instituições	3.835	1.690
Setor Privado.....	107.907	110.181	Outras Obrigações	21.294	27.789
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa...	(15.623)	(12.296)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	9	39
Outros Créditos.....	2.993	2.165	Sociais e Estatutárias (nota 10).....	2.503	13.753
Diversos(nota 6a).....	3.001	3.105	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11).....	8.283	4.628
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6b).....	(8)	(940)	Diversas (nota 12).....	10.499	9.369
Outros Valores e Bens	6.022	3.383	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	375.305	318.127
Outros Valores e Bens (nota 7)	7.165	3.478	Obrigações por Repasses do País - Instituições		
(-) Provisões para Desvalorizações.....	(1.446)	(388)	Oficiais (nota 9).....	367.709	307.896
Despesas Antecipadas.....	303	293	BNDES.....	244.157	203.327
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	479.278	407.945	Outras Instituições	80.017	89.157
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	32.811	-	Outras Obrigações	43.535	15.412
Carteira Própria	32.811	-	Diversas (nota 12).....	7.596	10.231
Operações de Crédito (nota 5)	440.781	400.566	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	540.792	534.914
Setor Público	67.296	76.616	Capital (nota 13).....	530.205	530.205
Setor Privado.....	433.376	363.323	De Domiciliados no País.....	530.205	530.205
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa...	(59.891)	(39.373)	Reserva de Lucros	10.587	322
Outros Créditos.....	5.686	7.266	Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	-	4.387
Diversos (nota 6a).....	6.448	8.958			
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6b).....	(762)	(1.692)			
Outros Valores e Bens	-	113			
Despesas Antecipadas.....	-	113			
PERMANENTE	2.715	2.984			
Investimentos.....	108	8			
Outros Investimentos.....	4.225	4.125			
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)			
Imobilizado de Uso (nota 8).....	2.607	2.976			
Imóveis de Uso.....	3.548	3.548			
Outras Imobilizações de Uso.....	4.226	4.288			
(-) Depreciações Acumuladas	(5.167)	(4.860)			
Intangível (nota 8).....	-	-			
Ativos Intangíveis	1.429	1.429			
(-) Amortização Acumulada	(1.429)	(1.429)			
TOTAL DO ATIVO	1.015.241	956.398			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			TOTAL DO PASSIVO	1.015.241	956.398

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

1.015.241 956.398

	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		
Operações de crédito	77.674	65.595
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	53.064	48.401
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	24.610	17.194
Operações de empréstimos e repasses	(40.963)	(19.243)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5h)	(15.958)	(10.296)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(25.005)	(8.947)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	36.711	46.352
Rendas de Tarifas Bancárias	(24.292)	(37.660)
Despesas de Pessoal	1.671	790
Outras despesas administrativas	(19.102)	(16.697)
Despesas tributárias	(4.632)	(4.379)
Outras receitas operacionais	(2.941)	(3.349)
Outras despesas operacionais	1.229	1.300
RESULTADO OPERACIONAL	(517)	(15.325)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12.419	8.692
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(95)	3.649
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 15)	12.324	12.341
Provisão para imposto de renda	(9.526)	(6.184)
Provisão para contribuição social	(5.287)	(3.861)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(4.239)	(2.323)
Lucro (prejuízo) por ações do semestre	2.798	6.157
	0,0133	0,0292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	Capital	Reservas	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Eventos				
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2015	530.205	14	-	530.219
Lucro líquido do semestre	-	-	6.157	6.157
Destinações	-	308	(308)	-
- Reservas	-	-	(1.462)	(1.462)
Saldos em 30/06/2015	530.205	322	4.387	534.914
Mutações do Período				
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2016	530.205	6.449	-	536.654
Reversão dos dividendos propostos exercício 2015	-	2.003	-	2.003
Lucro líquido do semestre	-	-	2.798	2.798
Destinações	-	2.135	(2.135)	-
- Reservas de Lucros	-	-	(663)	(663)
Saldos em 30/06/2016	530.205	10.587	-	540.792
Mutações do Período				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Semestre	2.798	6.157
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Constituição (reversão) da Provisão para Risco de Crédito....	26.220	9.051
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências		
Trabalhistas, Fiscais e Cívicos.....		(464)
Constituição (reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	1.058	(971)
Constituição (reversão) da Provisão Outros Créditos	(1.187)	(500)
Constituição (reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	9.526	6.184
Depreciação/Amortização	193	215
Lucro Líquido Ajustado	38.144	24.873
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Títulos e Valores Mobiliários.....		(2.069)
Operações de Crédito		(23.597)
Outros Créditos		1.681
Outros Valores e Bens		(2.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial "Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC", constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc.

Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 12 de agosto de 2016, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apropriação de receitas e despesas

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e passivos circulante e a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculados pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Operações de crédito e as obrigações por repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado "pro-rata temporis", até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para operações de crédito e com característica de operações de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 15/12, de 12 de dezembro de 2012, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil – BACEN.

h. Provisões para férias e décimo terceiro salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que excede a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As Contribuições para o PIS – PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

k. Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

l. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 30 de junho de 2016, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes a Caixa	2016	2015
Depósitos Bancários	16	46
Cotas de Fundos de Investimentos	355.196	322.385
Total	355.212	322.431

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

n. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	32.811	32.811	-	-	-
Cotas de fundo de investimento	355.196	-	355.196	322.385	-	322.385
Total	355.196	32.811	388.007	322.385	-	322.385

O montante de R\$ 355.196 em 2016 (R\$ 322.385 em 2015) refere-se a fundos de investimento exclusivo, aplicado integralmente em títulos públicos federais, e que são administrados pelo Banco do Brasil S.A.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS
a. Operações de crédito

	2016	2015				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Empréstimos e financiamentos						
- Setor Público	76.737	67.296	144.033	119.605	76.616	196.221
Empréstimos e financiamentos						
- Setor Privado	106.693	410.888	517.581	106.666	342.157	448.823
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.214	22.488	23.702	1.509	21.166	22.675
Financiamentos a Exportação	-	-	-	2.006	-	2.006
(-)Provisão para operações de crédito	184.644	500.672	685.316	229.786	439.939	669.725
(-)Provisão para operações de crédito	(15.623)	(59.891)	(75.514)	(12.296)	(39.373)	(51.669)
	169.021	440.781	609.802	217.490	400.566	618.056

b. Outros créditos com característica de operações de crédito

	2016	2015				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Devedores para compra de valores e bens	447	785	1.232	2.019	2.211	4.230
(-)Provisão operações com carac. oper. crédito	(8)	(15)	(23)	(940)	(915)	(1.855)
	439	770	1.209	1.079	1.296	2.375

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente para fazer face a perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

c. Classificação por tipo de operação

	2016	2015				
	Circu- lante	Longo prazo	Total	Circu- lante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	184.644	500.672	685.316	229.786	439.939	669.725
Operações com característica de operação de crédito	447	785	1.232	2.019	2.211	4.230
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	185.091	501.457	686.548	231.805	442.150	673.955
	(15.631)	(59.906)	(75.537)	(13.236)	(40.288)	(53.524)
	169.460	441.551	611.011	218.569	401.862	620.431

d. Classificação por níveis de risco, prazos e provisão

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso normal											
• Até 180 dias	37.093	11.437	22.536	10.655	1.552	1.497	1.189	2.102	8.836	96.897	14,11
• De 181 a 360 dias	30.240	12.731	25.888	10.307	1.057	1.072	1.145	1.709	4.046	88.195	12,85
• Acima de 360 dias	83.791	58.373	202.107	85.137	5.593	4.960	9.368	15.376	28.275	492.980	71,81
Subtotal	151.124	82.541	250.531	106.099	8.202	7.529	11.702	19.187	41.157	678.072	98,77
Curso anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	13	721	947	61	-	117	139	1.326	3.324	0,47
• De 61 até 180 dias	-	-	-	11							

g. Constituição da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2016		2015	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	151.124		217.106	
A	0,5%	82.554	413	103.630	518
B	1,0%	251.252	2.513	182.488	1.825
C	3,0%	107.163	3.215	108.858	3.266
D	10,0%	8.282	828	1.889	189
E	30,0%	7.529	2.259	14.452	4.335
F	50,0%	12.213	6.107	1.239	619
G	70,0%	20.762	14.534	5.071	3.550
H	100,0%	45.669	45.669	39.222	39.222
Total da Carteira Classificada		686.548	75.537	673.955	53.524
(-) Devedores para compra de valores e bens		(1.232)	(23)	(4.230)	(1.855)
Operações de Crédito		685.316	75.514	669.725	51.669

h. Movimentação da provisão para operações de crédito e para outros créditos com característica de operações de crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no semestre:

	2016	2015
Provisão para operações de crédito		
Saldo inicial	53.852	62.706
Acréscimos/ (decréscimos) no período	26.220	9.053
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(4.558)	(20.090)
Total de provisão para operações de crédito	75.514	51.669

Provisão para outros créditos com característica operação. Credito

	2016	2015
Saldo inicial	1.238	1.959
Acréscimos/ (decréscimos) no período	(1.215)	(104)
Total de provisão para outros créditos	23	1.855

Provisão para operações de crédito e outros créditos-Saldo Final

	2016	2015
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	75.537	53.524

O montante acumulado de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa R\$ 213.009 em junho de 2016 (R\$ 210.831 em 2015).

6. OUTROS CRÉDITOS
a. Diversos

	2016	2015				
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	882	-	882	784	-	784
Devedores para depósito em garantia	-	5.663	5.663	-	6.747	6.747
Devedores para compra de valores e bens	447	785	1.232	2.019	2.211	4.230
Devedores diversos - País	1.369	-	1.369	297	-	297
Impostos e contribuições a compensar	296	-	296	2	-	2
Outros	7	-	7	3	-	3
Total	3.001	6.448	9.449	3.105	8.958	12.063

b. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015				
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa						
Com características de concessão de crédito	(8)	(15)	(23)	(940)	(915)	(1.855)
Sem características de concessão de crédito	-	(747)	(747)	-	(777)	(777)
Total	(8)	(762)	(770)	(940)	(1.692)	(2.632)

7. OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015				
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Bens não de uso próprio	7.105	-	7.105	3.435	-	3.435
Material em estoque	60	-	60	43	-	43
Total	7.165	-	7.165	3.478	-	3.478

A conta de Bens Não de Uso Próprio registra os bens dados/tomados de clientes para quitação de débitos de Financiamento em atraso. São contabilizados pelo saldo contábil dos contratos liquidados ou pelo valor da avaliação se esse resultar em valor menor que o valor contábil. Anualmente é realizada avaliação para testar o valor recuperável desses bens, sendo que aqueles em que ficar demonstrado que o valor contábil está maior que o de mercado, é constituída provisão para bens não de uso próprio.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
a. Composição
IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2016	2015
Edificações	4%	3.016	3.016
Móveis e equipamentos	10%	1.077	1.067
Equipamentos de comunicação	20%	8	17
Sistema de processamento de dados	20%	2.990	2.970
Sistema de transporte	20%	149	225
Terrenos		532	532
Direito de uso		2	9
Total		7.774	7.836
(-) Depreciações		(5.167)	(4.860)
Valor líquido		2.607	2.976

INTANGÍVEL

	Taxa anual amortização	2016	2015
Sistema Sisbadesc	20%	1.136	1.136
Direito de uso de softwares	20%	293	293
Total		1.429	1.429
(-) Amortização Acumulada		(1.429)	(1.429)
Valor líquido		-	-

Os itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No ano corrente, a Administração efetuou revisão para se identificar evidências de perdas não recuperáveis nos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível, testando o valor recuperável nos bens julgados relevantes.

Como resultado a Administração não identificou a necessidade do registro de impairment sobre esses ativos, por ficar demonstrado que o valor de registro, descontado a depreciação acumulada, resultou em valor inferior ao valor de mercado desses bens.

b. Movimentação no período

	Saldo semestre anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2016
Imóveis de Uso	2.245	0	60	2.185
Instalações, móveis e equipamentos de uso	157	16	28	145
Outras imobilizações de uso	369	13	105	277
Total	2.771	29	193	2.607

IMOBILIZADO

	Saldo semestre anterior	Adições no período	Baixas no período	Saldo em 30/06/2015
Imóveis de Uso	2.030	319	43	2.306
Instalações, móveis e equipamentos de uso	210	3	30	183
Outras imobilizações de uso	627	-	140	487
Total	2.867	322	213	2.976

9. OBRIGAÇÕES POR REPASSE DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total Obrigações
BNDES	15.624	38.711	54.335	244.157	298.492
FINAME	5.003	14.677	19.680	80.016	99.696
FINEP	849	2.986	3.835	42.881	46.716
FDM	-	-	-	273	273
FADESC	-	-	-	382	382
Total	21.476	56.374	77.850	367.709	445.559

</th

15. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

16. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Codesc, conforme demonstrado na nota 13. A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei.

Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2016		2015	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Dividendos e Bonificações	(487)	(487)	(11.320)	-
CODESC	Dividendos e Bonificações	(1.524)	(451)	(1.960)	-
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei 13.438/2005	-	(140)	-	-
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei Roanet	(15)	-	-	-
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(49)	(372)	(81)	(586)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Cedidos	19	68	35	53

A remuneração dos administradores no primeiro semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 603 em 2016 (R\$ 551 em 2015).

17. CAPITAL REGULAMENTAR**a. Patrimônio de Referência e Índice Basiléia**

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2016	2015
1 - PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	150.791	144.914
Nível I Patrimônio Líquido	540.791	534.914
Nível II	540.791	534.914
Deduções do Patrimônio de Referência Destaque para Operações com o Setor Público	(390.000)	(390.000)
	(390.000)	(390.000)
2 - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA RWA para Risco de Crédito RWA para Risco Operacional	709.530	648.398
	542.882	500.664
	166.648	147.734
3 - PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA (9,875% DE 2) Parcela de Risco de Crédito (RWA CPAD) Parcela de Risco Operacional (RWA OPAD)	70.066	71.324
	53.610	55.073
	16.456	16.251
4 - MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3) ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,09875)	80.725	73.590
	21,26%	22,35%
5 - Parcela RBAN	2.814	1.942
6 - MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA + RBAN (4-5) ÍNDICE BASILÉIA AMPLO (Inclui RBAN)	77.911	71.648
	20,44%	21,76%
b. Limite de Imobilização		
1 - PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	2016	2015
2 - LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)	150.791	144.914
3 - SITUAÇÃO	75.396	72.457
4 - MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3)	2.715	2.984
ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO	72.681	69.473
	1,80%	2,06%

18. GESTÃO DE RISCOS E LAVAGEM DE DINHEIRO**Risco de Mercado**

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A metodologia utilizada para alocação de capital desse risco é o V@R (Value at Risk – Valor em Risco). A Agência acompanhou dia a dia o V@R das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos externos. O V@R não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada de 3% da carteira de crédito da Agência.

Risco Operacional

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional a Badesc identifica e avalia os riscos operacionais, buscando mitigar suas causas e minimizar as consequências financeiras, considerando os processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Pela sua característica, a Badesc utiliza a abordagem do indicador básico (Basic Indicator Approach, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWA_opad).

Risco de Crédito

Decore da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados. A Badesc avalia e monitora mensalmente a classificação de risco da carteira de operações de crédito por meio de avaliação da perda (esperada e efetiva) com o nível de provisãoamento contábil por conta do risco de cada operação. São gerados, em conformidade com a Resolução CMN no 2.682, relatórios que indicam o risco por faixa de classificação, avaliando-se os impactos potenciais para subsidiar a política de crédito da Agência. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWA_cpad.

Risco de Liquidez

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, a Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este como o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos e honrar suas obrigações observando diferentes cenários que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro e afetar suas operações diárias sem incorrer em perdas significativas. No caso da Badesc, ocorre o acompanhamento de índices de liquidez, monitoramento de fluxo de caixa e diversificação de fontes e prazos, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

Risco Socioambiental

Atendendo a Resolução Bacen 4.327/2014, a Agência instituiu e normatizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação da Badesc será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclua as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital da Agência tem o objetivo de assegurar o capital necessário para suportar suas operações, a otimização da relação risco x retorno da instituição e a realização de um planejamento da adequação do seu capital. A Badesc monitora mensalmente os indicadores de gestão de capital por meio dos riscos cobertos pelo PRE – Patrimônio de Referência Exigido e o seu Planejamento Estratégico.

Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A Agência possui em sua estrutura área específica para tratar da prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. O Colav – Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro proporciona um importante avanço nas definições de políticas para conhecimento dos clientes e dos empregados, base das atividades de prevenção. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil - Bacen e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Agência aumentou os controles sobre as práticas destes crimes informatizando relatórios e manualizando procedimentos de comunicação. Além disso, todos os funcionários da Badesc são capacitados e orientados periodicamente para auxiliar na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos da Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR.

ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Presidente: Antônio Marcos Gavazzoni
Vice-presidente: José Claudio Caramori
Conselheiro: Carlos Alberto Chiodini
Conselheiro: Miguel Ximenes de Melo Filho
Conselheiro: José Antônio de Mattos Neto

Conselho Fiscal

Conselheiro: Flávio Ervino Schuhmacher
Conselheiro: Emerson Antunes
Conselheiro: Gil Roberto Morais

Diretoria Executiva

José Claudio Caramori

Diretor Presidente

Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

João Carlos Grandó

Diretor Operacional

Olívio Karasek Rocha

Diretor Administrativo e Financeiro

Responsável Técnico

Amauri Evaldo Nau

Contador / CRC-SC 022.767/0-1

CPF 445.216.779-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**AOS****ADMINISTRADORES DA****AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC****FLORIANÓPOLIS – SC**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BADESC em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Florianópolis, 12 de agosto de 2016.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC RS 3717 S SC

HERALDO S.S. DE BARCELLOS

Contador CRC RS 11609 S SC

CNAI Nº 43

Responsável Técnico